

INTRODUÇÃO - AÇÃO SÓCIO EDUCATIVA DOS JESUÍTAS E O COLÉGIO DE S. FIEL

Esta publicação tem por escopo abordar o ensino dos jesuítas nos colégios de ensino e, em especial o Colégio de S. Fiel do Louriçal do Campo (Castelo Branco) que foi um dos mais importantes estabelecimentos de ensino particular na sua época (1863-1910). Sabemos que o ensino particular no País advém de certas fragilidades das estruturas da sociedade civil do séc. XIX, devido à pouca importância dada pelo liberalismo à instrução e, ainda do peso histórico-educativo e sociológico da Igreja com a sua secular ligação ao 'poder', apesar das ações, desde o século XVIII, contra as congregações religiosas e, em especial, aos jesuítas. Foi no século XIX que houve uma expansão de colégios, com os seus regulamentos/estatutos, plano de estudos e com características próprias de ensino (privado), cuja análise à sua governação e organização educativa é dificultada pela escassez de fontes documentais [1], existindo em arquivos e centros de documentação os regulamentos dos colégios, folhetos informativos do seu ensino (incluindo os na imprensa da época), as notas impressas às famílias dos alunos, comemorações académicas (distribuição de prémios ou atividades) e outras informações avulsas ou esparsas que tornam difícil a construção histórica dessas instituições de ensino particular em Portugal.

Na verdade a herança do Iluminismo do séc. XVIII foi de uma elite ilustrada e governativa, em detrimento da educação popular, que era vista como um perigo económico, ideológico e de estabilidade à estrutura social. A educação gratuita (elementar,

1 -Magalhães, Justino (2001). *Roteiro de fontes para a história da educação*. Lisboa: Instituto de Inovação Educacional.

técnica) ficou a cargo do estado orientado a estratos que permitissem a evolução e progresso da economia mercantilista. Neste espectro o ensino privado em instituições religiosas regeu-se pelas normas do ensino régio, sendo um dos elementos didáticos e curriculares o ensinar os deveres para com Deus e Soberano/Estado. A expansão das concepções liberais nos campos jurídico, económico, social e cultural, com as suas respetivas interveções, visaram suprir os constrangimentos ao desenvolvimento da economia capitalista e afirmar a ordem social burguesa/secular. Esta aliança aristocrático-burguesa alicerçou-se na ordem jurídica da Carta Constitucional. Este movimento ancorou-se numa reação anti-congregacionista e num anticlericalismo, que levou à expulsão das ordens religiosas, como forma de secularização da economia e da sociedade, diminuindo a influência da Igreja Católica. Assim, os religiosos/as das congregações foram proibidos de ensinar, limitando-se a ação da Igreja ao âmbito da evangelização e ação moral.

Historicamente o ensino no século XIX pautou-se por algumas tentativas de renovação pedagógica, com a construção de teoria de legitimação, de organização curricular e de práticas educacionais. Houve alguns impulsos reformadores, por exemplo, a Reforma de 1836, que teve escassos efeitos práticos e a intervenção de (novas) forças sociais, políticas e culturais. Mais tarde, outros normativos jurídicos quiseram alterar a prática do ensino particular, como a Reforma de 1844 (Costa Cabral) para a instrução pública do 1.º e 2.º Grau, o Decreto do Ministério dos Negócios da Instrução Pública – Reforma da Instrução Primária (16/08/1870), Carta de Lei da Direção-Geral da Instrução Pública – Reforma de Rodrigues Sampaio (02/05/1878), Decreto da Direção-Geral de Instrução Pública (28/07/1880), Decreto de Presidência do Conselho de Ministros (22/12/1894), reforçado

pelo Decreto da Direção-Geral de Instrução Pública (18/03/1897), o Decreto n.º 8 e n.º 4 da Direção-Geral de Instrução Pública, respetivamente de 24/12/1901 e de 19/09/1902, etc. Todos estes normativos foram pouco ou nada efetivos no âmbito da regulamentação do ensino particular, apesar de se destacar a Reforma de Jaime Moniz, a qual fez modificar os planos curriculares de muitas instituições ou colégios religiosos.

Aquele cenário da época permitiu, em certo ponto, o desenvolvimento de um ensino privado, que deu relevo aos saberes, à civilidade, ao saber estar e agir dos futuros cidadãos em formação, ao conhecimento das línguas clássicas, ao exercício físico e excursões/visitas de estudo, à educação musical (organização de orfeão e/ou filarmónicas/bandas musicais, atividades de canto coral), às ciências naturais (experimentação em laboratórios ou gabinetes) e às humanidades. Após a guerra civil entre constitucionalistas e absolutistas surgiram algumas iniciativas relevantes: criação de movimentos filantrópicos cristãos, com atividades assistenciais, higiénico-profiláticas, educativas e culturais relevantes e/ou fundando instituições (recolhimentos, colégios e asilos), destacando-se o papel da Sociedade Promotora das Escolas Gratuitas da Primeira Infância Desvalida, por iniciativa de D. Maria II - 1834; o exercício do poder na gestão das organizações levadas a efeito pelo Estado; a manifestação de novas forças culturais progressistas (operários, intelectuais, universitários). Todo o modelo vigente, na primeira metade do séc. XIX, estava ligado à matriz cristã, não conseguindo o liberalismo alterar e, por isso o manteve. Deste modo, o próprio ensino da religião católica fazia parte da educação da infância e da formação integral dos alunos. Este sinal de filiação e religiosidade estava presente em algumas das

designações de muitos colégios privados, que tinham nomes de religiosos, como o caso específico do Colégio de S. Fiel (patrono).

De facto, todo o tipo de ensino laico indiciava movimentos sociais germinadores de concepções sociopolíticas (progressistas, republicanas) que integravam operários ativistas, maçons, socialistas, anarquistas. Nesses movimentos integramos as Escolas Móveis, criadas por Casimiro Freire e João de Deus, em 1882, apesar do poeta ser um espírito católico, num país rural impregnado por uma profunda crise. A relação 'Fé-Razão', 'Ciência' e 'Educação', trilogia dos debates nos movimentos alternativos e universitários (forte implantação do positivismo) da época (sentido do período não concluído). Os incentivadores liberais do progresso reconheciam o carácter religioso das ciências, de tal modo que respeitaram os direitos da ciência e os da religião.

E os jesuítas? Estes religiosos foram entrando lentamente em Portugal, a partir de 1829, (re) começando a sua atividade, de forma discreta, no ensino. Contudo, na sua segunda reentrada, por volta de 1848, aqueles religiosos criaram algumas iniciativas educativas (instituições), por exemplo, como a do Pe. Carlos João Rademaker ao fundar um Orfanato para Meninos Órfãos e Pobres (Quinta da Torre - Lisboa, em 1858), com a colaboração dos Padres Meloni, Proserpi e Ficarelli, em 1860 que, apesar dos ataques que sofriam (críticas anti jesuítas na imprensa), transformam o Orfanato em Colégio de Campolide. Assim, no séc. XIX a cartografia de instituições dos jesuítas (colégios, escolas) resumia-se a cinco estabelecimentos: Colégio de Campolide em Lisboa (1858-1910); Colégio de São Fiel no Lourçal do Campo (1863-1910); Escola Apostólica (1860-1892) e Noviciado (1860-1910) no Barro; Colégio de São Francisco em Setúbal (1878-1893 e 1898-1908); Escola Apostólica em Guimarães (1892-

1910); Colégio do Porto (1906-1909). Perante este ressurgimento de instituições com a presença dos jesuítas, muitos foram os historiadores e investigadores que “*olharam criticamente*” para a sua ação educativa ao longo dos tempos, tornando-a numa das temáticas mais estudadas no panorama da historiografia educativa nacional.

Durante muito tempo, a grande maioria desses estudiosos, ou evidenciavam uma tendência apologética, ou emitiam juízos descabidos ou desfavoráveis a seu respeito. Por isso, a análise histórica obriga-nos a perscrutar um novo caminho, desbravando os múltiplos percursos que a Ordem seguiu, não só do ponto de vista espiritual e do ensino, mas também de análise comparativa entre as metodologias missionárias e a sua intervenção, dentro e fora da Europa. Assim, evitar-se-ão muitas das generalizações, confusões, para não dizer erros, que só têm contribuído para a criação, quase sempre pela negativa, do mito jesuíta. Neste sentido deve-se situar a Companhia de Jesus face às culturas europeias e não europeias para se poder redimensionar a influência que a mesma exerceu sobre as diferentes sociedades.

A Companhia de Jesus (CJ) constituía uma ordem impulsora de um projeto político-religioso e educativo cuidadosamente estruturado na ‘*Ratio Studiorum*’ de base de uma pedagogia inaciana (influência do ‘*Modus Parisiense*’) de inspiração moderna. Tratava-se de um projeto sumamente ambicioso que pretendia ir ao encontro da vida na comunidade universal e, em harmonia, com os tempos, através da (re) construção e (re) constituição do mundo, entendido este numa ordem católica e apostólica. A missão da Companhia exercia-se segundo as regras e princípios, revelando uma estratégia que exigia uma forma missionária de ação/intervenção, reflexão e formação nos jovens. Devemos ter presente a mudança/renovação no processo

missionário levado a cabo pelos Jesuítas, assim como na estrutura organizativa escolar dos seus colégios. Os Irmãos de Santo Inácio, com o intuito de aumentar o número de cristãos e num alicerce de espírito universalista que a Igreja cristã sempre defendeu, dirigiram também a sua ação às populações locais, que no caso do Colégio de São Fiel fazia-se pela difusão das associações/congregações religiosas e cerimónias e retiros espirituais.

A historiografia da ação educativa dos jesuítas nos colégios seguiu a sua trajetória com alguns estudos de teor didático-pedagógico relacionado com a '*Ratio Studiorum*', pedagogia inaciana articulado com os princípios da Companhia de Jesus. Essa historiografia de grande interesse para a História da Educação e/ou História das Instituições Educativas em Portugal (ensino particular) tem uma dupla dimensão: as referências históricas às comemorações, anuários e análises críticas à ação dos jesuítas no ensino, através das memórias dos alunos ou da organização escolar dos colégios; estudos de análises históricas fundamentadas sobre a Companhia de Jesus, da '*Ratio Studiorum*' ou de documentos/espólios existentes em arquivos. Muitas dessas publicações insistem em aspetos inovadores desse ensino jesuítico, como os contributos à ciência experimental (laboratórios, gabinetes específicos, museus), à educação física, a promoção de um naturalismo pedagógico assente em atividades diversas e complementares às curriculares como excursões, orientação profissional, implementação de cadernetas psicopedagógicas escolares, a constituição de classe/aula, metodologia de emulação, criação de revistas de grande projeção ('Brotéria'), etc. A formação dos colegiais baseava-se nos princípios fundamentais da pedagogia inaciana, tendo os professores a função de formar líderes influentes para a

sociedade.

No fundo, o princípio fundamental CJ derivava do carisma essencialmente missionário dos jesuítas, uma vez que os colégios foram introduzidos na medida em que foram solicitados pela ação evangelizadora e formativa. Esta baseava-se fundamentalmente no princípio do serviço mais urgente e eficaz da Igreja. Ou seja, exige que os estabelecimentos de ensino saibam adequar-se à mudança e atualização permanentes, tal como o missionário que deve estar num estado de '*peregrinação*' constante. Outro indicador de referência é que os jesuítas eram 'peritos em humanidade', isto é, dominavam conhecimentos amplos de história, língua, de ciência e os costumes e a maneira de ser dos povos onde estavam instalados os seus colégios. Provavelmente insistiram muito na filosofia escolástica em detrimento das ciências exatas ou matemáticas, mas isso não impediu que alguns jesuítas fossem célebres nas análises e discussões filosóficas da física e da matemática da época. É, pois esta 'deficiência' em ter professores bem qualificados e uma formação didática de ensino, em algumas áreas científicas determinantes na época, que surgiram críticas ao seu ensino. Iguamente a rotina e os imobilismos em alguns períodos do século XIX e parte do XX fez surgir outros estabelecimentos de ensino privado e a melhoria e o reforço do ensino público. Contudo, a rede e o sistema nacional de educação em Portugal deve muito à ação e ao ensino dos jesuítas, tendo em alguns aspetos contribuído para a modernização e renovação pedagógica do ensino público.

O presente livro é uma coletânea de sete textos de seis investigadores, um deles membro da Companhia de Jesus e os outros investigadores e especialistas no ensino dos jesuítas, na educação nos colégios jesuíticos e da *Ratio Sutiliorum*, que tiveram a disponibilidade de colaborar nesta publicação impressa. Estes

autores convergem nos seus textos para um vetor comum, que é a análise cartográfica e genealógica (no sentido de M. Foucault) do ensino dos jesuítas nos seus colégios e, em especial, do Colégio de S. Fiel, o que nos permite perfazer uma ‘memória’ no ‘tempo histórico’ que vai desde meados do séc. XIX e culmina com a 1.^a República e a respetiva perseguição e expulsão dos membros da Companhia de Jesus. Destacaremos, pois aquele que foi, na época, o maior estabelecimento de ensino das Beiras e, provavelmente um dos destacáveis do País no ensino secundário (particular), oriundo do Seminário de Meninos Órfãos de Frei Agostinho da Anunciação.

O primeiro texto da autoria do Professor Justino Magalhães (IE da Universidade de Lisboa) com o título ‘*Os jesuítas e o Ensino. Breve Apontamento*’ relaciona, numa breve abordagem historiográfica, a evolução do ensino dos jesuítas nos seus estabelecimentos, desde o séc. XVI até ao séc. XX, salientando o crescimento e a implementação progressiva do seu modelo pedagógico, na base da *Ratio Studiorum*, em algumas épocas. Contextualiza aquele Catedrático de História da Educação a metodologia de ensino jesuítico com as sucessivas reformas que afetaram o ensino liceal, dando uma menção especial ao ensino e método de aprendizagem das ciências no Colégio de S. Fiel e os contributos de muitas dessas pesquisas à História das Ciências em Portugal.

O segundo texto de coautoria de José Viegas Brás e M.^a Neves Gonçalves (CeIED da Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias), titulado ‘*Os jesuítas: Do catecismo à divulgação das ciências*’, analisam as posições que o jesuitismo provocou na época (finais do séc. XVIII e no XIX), em que o Estado absolutista controlava o ensino em Portugal, através das reformas pombalinas, que pouco eficazes foram na mudança pretendida

pelos seus opositores. Estes professores abordam o papel dos jesuítas no ensino e na divulgação da ciência, argumentando com fundamentação (utilização de várias fontes primárias e secundárias, como as Constituições da CJ, a Ratio, a Sphaera Mundi e documentação da Aula da Esfera e Campolide), o 'eco' desse jesuitismo na inteligência portuguesa de Oitocentos, que se refletiu na importância dada pelos jesuítas à pedagogia social e higienicista.

O terceiro texto com o título '*Orfanato/Seminário de Meninos Órfãos em São Fiel: A ação educativa e assistencial de Frei Agostinho d'Anunciação*' da autoria de Ernesto C. Martins (docente do IPCB, presidente da Associação HiscultEduca e investigador do CeIED), analisa numa vertente assistencialista e educativa a figura e a ação social de Frei Agostinho, o seu papel socioeducativo ao criar o Orfanato (1849-51) e o Seminário para Meninos órfãos (1852-1862), na sua terra natal, o qual deu origem, posteriormente ao Colégio de São Fiel, sob administração dos jesuítas (1863-1910). Destaca historicamente, aquele investigador, a ação social daquele franciscano, em prole da infância e juventude da sua zona e o empenho que teve em assistir e educar os filhos das famílias pobres ou desprotegidas, a fundação de instituições de ensino no varatojo – Torres Vedras. Esta figura de educador social é aprofundada, valorizando o autor, as suas intervenções no âmbito da História da Igreja e da História Social da Infância ou da Assistência à Infância e que constitui uma referência para a evolução do Colégio de São Fiel, a partir de 1863.

O quarto texto, da autoria de Margarida Miranda, professora da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, sob o título '*A Ratio Studiorum*' da Companhia de Jesus e a origem da escola pública moderna. o Colégio de S. Fiel (1900) à luz da *Ratio*

Studiorum (1599)' destaca o papel dos jesuítas ao nível da instrução (Constituições da CJ) no universo escolar da época. Analisa aquela investigadora as características da *Ratio Studiorum*, como diretiva na atividade dos seus colégios, contribuindo para o êxito educativo desses estabelecimentos e dos alunos. A autora dá uma atenção especial a alguns temas da *Ratio*, como o currículo interdisciplinar, as letras humanas e a formação do caráter dos alunos, a cooperação com a cultura contemporânea, para além dos traços presentes do '*modus parisiensis*' na *Ratio*. A atividade educativa da Companhia de Jesus implicou um sistema de governo institucional, com disciplina, método e práticas fundacionais, em que o professor jesuíta tinha uma intervenção especial para desenvolver as capacidades formativas dos jovens alunos, na base da emulação e na inculcação de um sentido de 'escola' (valores). Analisa, ainda a docente de Coimbra a evolução e atualidade da *Ratio*, que constitui uma referência especial na compreensão do ensino nos colégios e, termina com as memórias sobre o Colégio de S. Fiel de Luis Cabral Moncada, Ex-aluno de São Fiel.

O quinto texto da autoria do Padre Doutor Manuel Morujão da Universidade Católica de Braga, titulado *O Colégio de São Fiel e seus antecedentes. Centro cultural no Portugal profundo*' trata de destacar aquele estabelecimento de São Fiel como uma parte do 'húmus cultural' da época, que alimentou e sustentou muitas gerações de alunos, que lá se formaram nesse internato do interior do País. Aborda o Padre Morujão em alguns pontos os aspetos importantes relacionados com o nascimento da Companhia de Jesus (séc. XVI), unida à fundação dos seus colégios, à questão do ensino público (séc. XIX), em contraste com o ensino particular (jesuítico), o papel do Colégio de Campolide e de São Fiel nessa formação de ensino secundário. Destaca o

autor, na base de documentos a atividade dessas duas instituições e o contributo para a História da Igreja e da História da Educação em Portugal. O Padre Manuel Morujão evidencia o Colégio de São Fiel como um lugar científico e artístico, que constituiu um 'centro cultural' para irradiar saberes, investigação e valores cristãos, mencionando alguns trechos de testemunhos (Ramalho Ortigão, Egas Moniz, Cabral Moncada, Lúcio Craveiro Lopes) sobre a sua qualidade de ensino. Termina aquele Padre jesuíta utilizando a frase de Vitor Hugo '*Quem abre uma escola, fecha uma prisão*' para nos elucidar que a sociedade prospera, não com decretos e policiamentos, mas investindo na educação escolar, evitando que a juventude caia numa prisão. Recorda, ainda, a sua viagem às instalações de São Fiel, há 26 anos, quando funcionava como Centro de detenção de menores, que não tinham recebido uma educação adequada e caíram nas malhas da justiça.

O penúltimo texto intitula-se '*A instrução pedagógica dos jesuítas no 'Collegii Santi Fidelis' (Louriçal do Campo), de 1863-1910*' e é da autoria de Ernesto Martins (docente do IPCB, presidente da HiscultEduca e investigador do CeIED) que se refere ao espólio documental e arquivístico existente sobre o Colégio (especial atenção às fontes impressas e visuais), estando ainda por realizar um trabalho de maior aprofundamento e sistematização, no âmbito histórico-educativo e social. Em seis pontos aquele autor aborda os seguintes temas: os aspetos da cartografia do colégio no seu contexto social e educativo (sistema educativo da época) e a topologia do lugar onde se instalou e desenvolveu a sua atividade – São Fiel – Louriçal do Campo; a arquitetura do edifício, os espaços e as condições higienistas; a governação e organização escolar (professores, alunos internos e externos); a metodologia do ensino e aprendizagem ministrada;

as atividades complementares, principalmente as de índole lúdico-recreativo, os exercícios físicos (ginástica), as visitas de estudo (excursões, caminhadas, acampamentos); e a recordação do Colégio, na memória do aluno Egas Moniz que por lá andou desde finais do séc. XIX a começos do XX. Constitui, pois um contributo para a (Re)construção da memória educativa daquele estabelecimento de ensino particular, e para a História da Educação e das Instituições Educativas em Portugal.

O último texto titulado '*A Revista Brotéria e a História da Ciência em Portugal*' do Professor Francisco Malta Romeiras, investigador do CIHCT da Universidade de Lisboa e docente na Faculdade de Ciências, aborda a fundação, em 1902, da *Brotéria* pelos padres jesuítas de São Fiel: Joaquim da Silva Tavares, Cândido de Azevedo Mendes e Carlos Zimmermann. Pouco a pouco aquela publicação constituiu-se numa revista de difusão dos trabalhos de classificação sistemática dos investigadores de S. Fiel, contribuindo para o progresso da botânica e da zoologia. Os seus objetivos iniciais da publicação, no dizer do autor, era identificar e descrever vários milhares de espécies de animais e plantas, muitas delas novas para a ciência, sobretudo em Portugal, Espanha, Madeira, Angola, Moçambique, Brasil e Timor e, ainda transmitir essas pesquisas científicas aos leitores especializados. De facto, o intuito daqueles fundadores, professores do Colégio de São Fiel, foi o de «propagar o gosto das sciencias naturaes na nossa pátria», publicando o primeiro número da revista *Brotéria*, em outubro de 1902. Nas primeiras três décadas da sua história, a *Brotéria* publicou artigos de naturalistas portugueses e estrangeiros, jesuítas e leigos, destacando-se, para além dos fundadores, Afonso Luisier e Camilo Torrend. Francisco M. Romeiras ao longo do texto descreve as figuras de J. Silva Tavares, C. Zimmermann, Cândido

Azevedo Mendes, Camilo Torrend, Afonso Luisier, José Vilhena de Carvalhes e de Luis Archer, desde as suas entradas na Companhia de Jesus, aos contributos científicos e ao papel que tiveram na direção da *Revista Brotéria*, desde a sua fundação até 2002.

Esperamos que o livro suscita reflexões historiográficas sobre o que vai da memória passada ao presente, sendo um contributo para a reconstrução da memória do Colégio e um questionamento, desde o tempo histórico passado de como era o ensino nas instituições educativas (particulares) e a sua repercussão na formação de muitos jovens.